



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Fundamentos do Serviço Social

### **O CONSERVADORISMO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: reflexos do pensamento conservador brasileiro no contexto social**

BRUNA VALESKA BARROS SILVA <sup>1</sup>  
ROSA MARIA DIAS COSTA SANTOS <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise do processo de conservadorismo em tempos de crise do capital e seus reflexos do pensamento conservador brasileiro no contexto social, articulando elementos que consideramos essenciais para a discussão. Tais como: o conservadorismo clássico, a crise capitalista, as políticas sociais, e as expressões da questão social. Temos como objetivo analisar no processo do conservadorismo em tela e suas reflexões e consequências. O artigo foi realizado a luz do método crítico dialético, articulando a totalidade, a particularidade e a singularidade. No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada através de análise documental e revisão bibliográfica das principais categorias do estudo. O estudo revela que as expressões do conservadorismo foram agudizadas, decorrentes da eleição em 2018 do conservador Jair Messias Bolsonaro, repercutindo em implicações para as políticas sociais.

**Palavras-chaves:** Conservadorismo. Crise do Capital. Políticas Sociais. Questão Social.

**Abstract:** This article presents an analysis of the process of conservatism in times of capital crisis and its reflections on Brazilian conservative thinking in the social context, articulating elements that we consider essential for the discussion. Such as:

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

classical conservatism, the capitalist crisis, social policies, and expressions of the social question. We aim to analyze the process of conservatism on screen and its reflections and consequences. The article was carried out in the light of the dialectical critical method, articulating totality, particularity and singularity. Regarding the methodological procedures, the research was carried out through document analysis and literature review of the main categories of the study. The study reveals that the expressions of conservatism were sharpened, resulting from the 2018 election of the conservative Jair Messias Bolsonaro, with implications for social policies.

**Keywords:** Conservatism. Capital Crisis. Social politics. Social issues.

## I. INTRODUÇÃO

O conservadorismo, como expressão do tempo e espaço da configuração da sociedade burguesa, é um pensamento acrônico, posto que, afigura-se como um fenômeno que transcende gerações e irrompem nas sociedades ocidentais num movimento antidemocrático, antiprogressistas.

De acordo com ESCORSIM NETTO (2011), apesar das dificuldades em precisar a caracterização do pensamento conservador, alguns traços constitutivos podem ser apontados, quais sejam: a legitimidade exclusiva da autoridade e liberdade fundadas na tradição; restrição da liberdade individual; a nocividade da democracia; a constituição do Estado a partir da religião e conseqüentemente a negação da emergência da laicidade; o desprezo à razão humana e finalmente a justificação natural da desigualdade.

É na gênese da sociabilidade burguesa e das revoluções francesa e industrial e principalmente no estabelecimento do capitalismo enquanto sistema de produção, que emerge o conservadorismo, como uma necessidade de manutenção das instituições sociais pré-capitalista, como a família, a Igreja.

Deste modo, o presente artigo tem por objeto de estudo o conservadorismo clássico em tempos de crise do capital e suas principais conseqüências no âmbito

das políticas sociais.

Hodiernamente, o pensamento conservador burguês vem ganhando força nos países ocidentais de política econômica neoliberal, desencadeando uma consequente onda de supressão ou redução de direitos sociais, a intensificação dos discursos autoritários, a centralidade na Igreja e na família como base moral do Estado e da sociedade e a negação do conhecimento científico.

Doravante, urge a necessidade de abordar a temática a partir da conjuntura socioeconômica e política, outrora descrita, a fim de elucidar os reflexos desse pensamento conservador para o Serviço Social e a política social, com implicação direta na moralização, e criminalização da desigualdade e da pobreza.

O objetivo central desse estudo é situar o pensamento conservador na perspectiva brasileira, apontando de que forma o conservadorismo se reflete na questão social no Brasil.

Não há que se falar em uma negativa ou subestimação da nova onda conservadora, deve-se em contrapartida, entender o fenômeno, suas origens e fundamentos, a fim de superar ou minorar os seus efeitos.

Partindo-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, inicialmente é apresentado o cenário de crise do capital e os seus reflexos nas ações governamentais e na política social do Estado de forma abstrata, a partir da Intervenção Mínima como consequência direta do neoliberalismo.

Outrossim, são estabelecidos os principais aspectos do conservadorismo clássico e as implicações do pensamento conservador para as políticas sociais.

## **II. Crise do Capital**

Mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e de todas as conquistas no campo dos direitos sociais, o governo subsequente realizou uma série de ataques com base na ideologia neoliberal, resistindo ao progresso no contexto de uma crise estrutural de capital que trouxe grandes desafios para implementar as

políticas sociais, incluindo políticas de saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Portanto, desde os anos 90, em nome da crise capitalista disseminada, o Brasil realiza um processo de contrarreforma nacional, que mostra particularidades em diferentes governos, no neoliberalismo (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso- FHC), no social-liberalismo como variante do neoliberalismo (Lula da Silva e Dilma Rousseff) e no recrudescimento do neoliberalismo (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro). De acordo com Netto (2012),

Na verdade, desde os anos 1990, em todos os continentes registraram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista - não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as *crises cíclicas* que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo.

Assim, as respostas governamentais as crises são diferenciadas, mas a natureza da crise, do ponto de vista da organização da economia e das relações sociais, caracteriza-se como uma crise de superprodução, determinada pelo processo incessante de busca de superlucros e superacumulação.

Dessa forma, gerando cada vez mais a precarização do trabalho, a flexibilização da produção, a terceirização dos vínculos empregatícios, causando sérias consequências nas políticas sociais, e na esfera do trabalho, o Estado passa a ser o regulador da economia, não provendo os mínimos sociais para a sociedade capitalista, transversalmente as políticas sociais, resultando em um Estado forte para o capital e mínimo para o social, diminuindo os investimentos na política pública.

É importante destacar que a crise assume um caráter universal, pois abrange todas as esferas da vida social, com implicações nos espaços sociais, políticos e econômico, assumindo o perfil de “uma crise estrutural que afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constitutivas.

As táticas de exploração se desenvolveram, mas são os trabalhadores e a sociedade como um todo que acabam pagando pela crise do capital. As consequências para a classe trabalhadora foram visíveis, demissões, aumento de horas trabalhadas e, em suma, precarização das relações de trabalho. É uma forma de evitar novas quedas nas margens de lucro, convocando toda a sociedade a se solidarizar com o capital.

No Brasil, desde a década de 1990, principalmente sob a liderança do governo FHC, a ideologia neoliberal do país avançou. Logo, o debate acerca do tamanho do Estado passa se torna o conteúdo principal do debate. Uma das primeiras iniciativas do governo foi o estabelecimento do Ministério Federal da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo titular número um, Luiz Carlos Bresser Pereira, analisando a crise brasileira como “uma crise do Estado” que se desviou de suas funções básicas devido ao modelo de desenvolvimento dos governos anteriores.

Conforme Behring (2008), o plano é justificado logo na sua introdução: o Estado brasileiro afastou-se de suas funções precípuas para atuar na esfera produtiva. De outro ângulo, se o Estado e o mercado são as instituições que operam na coordenação dos sistemas econômicos, quando se apresentam problemas em uma delas, configura-se como uma situação de crise.

Ressalta que a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995). Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios).

O PDRE apresentou um conjunto de proposições que originou as condições para a reconstrução da administração pública com em bases modernas e racionais. Com base no conceito de gerenciamento e eficiência, com o objetivo de controlar resultados, foi introduzido o conceito de administração de

gerenciamento. Portanto, seria necessário reorganizar a estrutura da administração pública, com foco na qualidade e produtividade dos serviços públicos. Na proposição principal, defendia a flexibilidade da estabilidade do funcionalismo, visando o ajuste financeiro e as reformas econômicas voltadas para o mercado.

Segundo Behring (2008), a “reforma” deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado - abertura comercial e privatizações -, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência.

A partir de 2016, o processo de contrarreforma na política de saúde se agrava a partir do Governo Temer verificou-se a o acelerado desmonte do Estado Brasileiro. Segundo Bravo, Pelaez, Menezes (2019), intensificou as contrarreformas advindas do governo anterior, como a medida da Reforma previdenciária apresentada ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2019. Podemos citar as três características básicas do atual governo são: extremo liberalismo econômico; temor das mobilizações e desprezo pela participação da maioria, ou seja, pela democracia. Dessa maneira, seguem-se as disputas de projetos neoliberais, e como consequência há a diminuição dos direitos da classe trabalhadora e o mercado sendo o maior ator em todos os aspectos da vida social.

A contrarreforma do governo Temer é embasada em alguns documentos como “Uma Ponte para o Futuro”, publicado em outubro de 2015. E assim tem se a continuidade na privatização da saúde, e como medidas adotadas podemos elencar: a PEC 95/2016 que congela os recursos orçamentários para as políticas sociais por 20 anos; como também as propostas de retrocessos na política de saúde mental e de mudanças na Política Nacional de Atenção Básica – PNAB; a criação dos chamados planos de saúde acessíveis; e assídua participação da saúde no setor privado através do Instituto Coalizão saúde. Isto posto é expresso a continuidade das contrarreformas no governo do ilegítimo Michel Temer. No

atual governo de Bolsonaro, vê-se o prosseguimento das contrarreformas como cita Bravo (2019):

Trata-se de extinguir o princípio da universalidade da saúde, por meio da proposição da *cobertura universal*, com a manutenção do SUS e a proposição de arranjos e modelos de gestão que incorpore grupos privados para tal cobertura. Assim, não há interesse em pautar a destruição do SUS, haja vista que mesmo com tal sistema o Estado é o maior patrocinador de planos de saúde privados, significativo nicho de lucratividade do capital apesar do advento do SUS. No governo Bolsonaro, identifica-se a continuidade deste projeto em vários aspectos, com destaque para a caracterização sobre a pouca eficiência dos hospitais sob gestão pública, tal qual evidenciado frente à proposta de reforma da saúde do Banco Mundial. (Bravo, Pelaez, Menezes (2019) pág. 11)

### **III. Considerações sobre o conservadorismo clássico**

O conservadorismo é localizado a partir da Revolução Francesa, durante os anos 1970/80 ocorreu uma onda conservadora que foi chamada de ofensiva neoliberal que afetou a intelectualidade. É na configuração da sociedade burguesa que surge o pensamento conservador.

A primeira obra sobre o conservadorismo é de autoria de Edmund Burke, ele repudiava a mobilização em massa, e incitava a instauração de novas instituições, segundo a racionalidade da ordem tradicionalista, ele considera que a Revolução é desnecessária, dessa forma, Burke deseja o capitalismo sem a modernidade. Vejamos, conforme descreve NETTO:

(...) numa palavra, Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público temporal da igreja, a hierarquia social cristalizada etc) (...) poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade (NETTO, 2011, p.45)

Carregado de características conservadoras, sendo caracterizado pela noção de conservar “ideias, tradições, costumes, valores, princípios”, considera-se o conservadorismo carregado de senso comum não permitindo ir além da aparência na medida que vem carregada de implicações, negando qualquer referência histórica.

É uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio histórico muito preciso no tempo e no espaço da configuração da sociedade burguesa, carregada de totalidades e determinações e relações diversas. O mesmo recusa o princípio da modernidade e os fundamentos democratizando que estavam dados na contratualização e no jusnaturalismo.

O conservadorismo moderno mudou nas últimas três décadas, o que afetou sua forma social, e a ciência social reafirma a sua vinculação histórico entre o pensamento conservador e a ciência social como uma teoria que sustenta a ideologia social burguesa, cujos ingredientes-chave são abandono das dimensões econômica, política e histórica da vida social. Florestan Fernandez, é um autor que apela para a história da economia política e é um exemplo de autor crítico do conservadorismo.

Destruir a autoridade fundada na tradição, o poder legitimado pela religião, o poder da igreja, a desigualdade social, a valorização da família “traço distintivo do pensamento conservador”, a administração personalizada da Justiça, as Leis assentadas na moralidade e na subordinação do indivíduo a sociedade.

Os pensadores conservadores são decididamente contra toda essa revolução, posto que, Burke conduz suas reflexões defendendo valores que são do pensamento conservador, e assim este pensamento conservador passa a ser definido principalmente como contrarrevolucionário, e é assim que ele tem mudado a sua função social instrumento ideal de luta antirrevolucionário.

A argumentação conservadora não se alterou durante o século e pode ser resumida: só são legitimadas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição; a liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita, a democracia é perigosa e destrutiva, a laicização é deletéria, a razão é destrutiva inepta para organizar a vida social, a desigualdade é necessária e natural.

Em suma, entre as dificuldades enfrentadas pelos estudiosos sobre o conservadorismo, podemos destacar a definição histórica e a representação precisa do pensamento conservador, levando em conta as diferenças no pensamento conservador de tempos em tempos, as mudanças em sua função sociopolítica e o fato de manter alguma interação com suas correntes, teoricamente, mas a chave



para entender o pensamento conservador é no tempo-espaço teórico.

Ademais outro fato que deve ser mencionado, é que posteriormente à consolidação da sociabilidade burguesa, a burguesia outrora classe revolucionária assume o viés conservador e contrarrevolucionário, haja vista, a necessidade de manutenção da nova ordem social instalada, da concentração da riqueza e dos meios de produção capitalista. A esse respeito, pode-se afirmar que:

Já a recusa inexorável da perspectiva revolucionária ganha um novo patamar quando o papel sócio-histórico da burguesia é alterado. Isso ocorreu com a consolidação da ordem burguesa, quando as tarefas econômicas e políticas para a entificação da reprodução social capitalista haviam sido essencialmente completadas (PINHO; ROCHA; SANTOS. 2018. p. 5).

Para PINHO, ROCHA e SANTOS (2018), é na crise do sistema capitalista que o operariado assume o papel de classe revolucionária anteriormente desenvolvido pela burguesia, com a conseqüente conversão desta em classe conservadora, haja vista, a necessidade de uma justificação teórica do existente e a manutenção da nova ordem social.

Neste mesmo sentido, conforme dispõe SOUZA e OLIVEIRA (2018) é nos momentos de crise estrutural do capital que o pensamento conservador surge como ideologia capaz de renovar as promessas de manutenção do domínio burguês sobre as classes trabalhadoras e do desenvolvimento econômico.

#### **IV.O conservadorismo Brasileiro e seus reflexos na questão social**

No Brasil, têm-se que a formação socio histórica escravocrata e patriarcal resultou na absorção de características do conservadorismo clássico, quais sejam: o elitismo, a aversão às instituições democrática, concentração do poder econômico e das riquezas, naturalização da desigualdade social e criminalização da pobreza. Temos que:

(...) reprimia-se a organização política dos trabalhadores, intensificava-se a lógica do favor, do clientelismo e do populismo, se privilegiava o interesse de uma minoria, explicitado como se fosse da maioria, evidenciando-se assim a estrutura de modernização conservadora no país (PINHO; ROCHA; SANTOS. 2018. p. 13).

Tal fato se mostra notório ante o cenário neoliberal e ultraconservador que se deflagrou no Brasil na segunda década do século XXI, marcado pelos discursos de ódios, a meritocracia, o anticomunismo, a negação do conhecimento científico, a crescente onda de movimento antidemocráticos e do ataque ao sistema eleitoral vigente.

Deve ser mencionado que o conservadorismo no Brasil assume o seu viés moderno, em razão de não haver necessariamente o resgate dos valores e instituições sociais do passo, mas sim, com a garantia da organização e fortalecimento dos valores das classes dominantes e a ampliação e exploração das classes subalternas, fundamentando-se a desigualdade social estrutural (PINHO; ROCHA; SANTOS. 2018. p. 14).

É sabido que o pensamento conservador se reflete e se reproduz nos mais diferenciados contextos sociais, e principalmente quanto às demandas da classe trabalhadora com a forte presença do paternalismo.

O discurso meritocrático, como um dos principais marcos do conservadorismo moderno, atribui ao indivíduo a responsabilidade pela situação de pobreza a qual está inserido, em que pese a ausência de oportunidades iguais para todos num contexto de desigualdade social, concentração de riquezas e acumulação de capital por uma minoria, e ainda inoperância dos Estados quanto à elaboração de políticas públicas para geração de emprego e renda.

O pensamento conservador, enquanto ideologia das classes dominantes também é refletido no Brasil, principalmente no que diz respeito à estruturação das políticas sociais governamentais, no trato e enfrentamento das “questões sociais”, aqui estando incluídas a fome, o desemprego, a precarização do trabalho e todos os fatores que estão intrinsecamente ligados à crise do sistema capitalista. A respeito, vê-se que:

Neste sentido, o viés de seu enfrentamento será definido de acordo com as implicações que os seus impactos podem causar a ordem estabelecida, sendo caso de polícia quando ameaçam o domínio da classe burguesa, e por isso enfrentadas violentamente porque não são reconhecidas como demandas legítimas, e caso de política quando o momento histórico requer apenas a conciliação entre os interesses das classes, estando as políticas públicas das estratégias utilizadas (PINHO;

Logo, têm-se que o conservadorismo tupiniquim carrega marcas decorrentes da formação econômica, social, política e cultural do Brasil, baseadas na escravização da força de trabalho, no messianismo colonial, no patriarcado, nas estruturas de poder concentradas na classe dominante e por esta razão refletem duas características do pensamento conservador daquelas apontadas por NETTO (2011), *a legitimidade na tradição e a naturalização da desigualdade*.

Em consequência ao moralismo conservador, a questão social é pautada a partir de valores não emancipatórios e que acentuam a negativa de direitos aos cidadãos e a desigualdade entre as classes sociais, com manutenção da sociabilidade burguesa e das classes dominantes.

## **V. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, verifica-se que o conservadorismo é um pensamento atemporal e que se manifesta em diferentes épocas objetivando a manutenção da sociabilidade burguesa.

É no contexto de crise do capital, em que são evidenciadas as debilidades do sistema capitalista, que o pensamento conservador ganha força como uma forma de resguardar os interesses das classes dominantes, frente à articulação do movimento operário.

Nesse ínterim, o pensamento conservador clássico apresenta como características principais o tradicionalismo, a centralidade na família, o desprezo pela razão, a recusa e o receio das instituições democráticas, a restrição da liberdade individual do sujeito frente aos interesses do Estado, a imoralidade da laicização, a naturalização da desigualdade e o apreço pela religiosidade eurocêntrica.

Deve ser mencionado que nas últimas décadas do século XX, tais características acima apontadas sofreram algumas alterações, somando-se ao

anticomunismo, o negacionismo, a meritocracia e responsabilização do indivíduo por seus infortúnios de ordem social, a moralidade, dentre outras.

No Brasil, o conservadorismo tem sido o berço do movimento de extrema direita que se consolidou a partir da segunda década do século XXI e que teve o seu apogeu político e ideológico a partir da eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República.

A partir da pesquisa bibliográfica empreendida, chega-se à conclusão de que o conservadorismo brasileiro em sua versão moderna, tem fundamentado à abstração da elaboração de políticas públicas que não se empenham em intervir na questão social pertinentes, com a preponderância de políticas sociais paternalistas em conseqüente criminalização da pobreza.

## **VI.REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRAVO, M. I. S; PELAEZ, E. J.; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: o SUS totalmente submetido ao mercado. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez Editora, 2ed. 2008.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Crise do capital e conseqüências societárias. Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, 2012.

PINHO, L.C; ROCHA, I.L; SANTOS, B.B. **A inserção do pensamento conservador no Brasil e seus reflexos no enfrentamento às expressões da “questão social”**. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/download/22679/15161>. Acesso em: 20 ago.2022.

OLIVEIRA, M.B; SOUZA, J.M.A. **Conservadorismo: Ideologia e estratégia política das classes dominantes.** In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/download/22616/15110>. Acesso em: 20 ago.2022.